

continuação

Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente. **3.13. Reconhecimento da receita** - As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas. A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

7. Partes relacionadas

	2011	2010	Os empréstimos de mútuo	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
BMM Participações e Investimentos Ltda.	619	-	513	-
Bracol Holding Ltda.	-	4.000	-	4.000
Brasil Central Engenharia Ltda.	4.577	-	7.518	-
Buriti Energia S.A.	985	-	1.145	-
Curuá Energia S.A.	-	2.133	57	-
Fatex Construtora e Incorporadora Ltda.	50	-	50	-
Filadelfo dos Reis Dias	4.920	-	323	-
Grupo Dias Investimentos e Participações S.A.	934	-	-	-
Heber Participações Ltda.	-	2.285	-	2.285
Lerans Energia Ltda.	-	336	-	261
Mara Daisy Gil Dias	16.151	-	17.597	-
Mafe Energia e Participações Ltda.	-	3.965	-	3.965
Illuminatti Comercio de Energia Elétrica Ltda.	-	18.168	-	19.990
International Power	287	-	-	-
Ipe Oper e Manutenção de Sistemas	732	-	77	-
Kullinan Engenharia e Construções Ltda.	-	-	142	-
Demais	412	176	52	52
	29.667	31.063	27.474	30.501

8. Imobilizado

Em serviço	Taxas		Depreciação			Saldo em
	depreciação	Custo	Adições	Baixas	acumulada	
Geração						31/12/2010
Reservatório, barragem e adutora	2%	738	-	-	(21)	717
Edificações e benfeitorias	4%	43.527	13.155	(1.980)	(3.422)	51.280
Equipamento geral	3%	8.962	3	-	(536)	8.429
Transmissão						
Condutor do sistema	2,5%	19.847	5	(1)	(1.106)	18.745
Equipamento geral	3%	1.715	55	(2)	(105)	1.663
Administração Central						
Móveis e utensílios	10%	142	51	(5)	(42)	146
Máquinas e equipamentos	10%	178	38	(6)	(47)	163
Veículos	20%	18	232	-	(36)	214
Equipamentos de informática	10%	71	67	(10)	(36)	92
Total do imobilizado em serviço		75.198	13.606	(2.004)	(5.351)	81.449
Em curso						
Geração						
Obras em andamento		4.601	-	(3.228)	-	1.373
Adiantamento a fornecedores		495	6.226	(22)	-	6.699
Total do imobilizado em curso		5.096	6.226	(3.250)	-	8.072
Total do imobilizado		80.294	19.832	(5.254)	(5.351)	89.521

Em serviço

Em serviço	Taxas		Depreciação			Saldo em
	depreciação	Custo	Adições	Baixas	acumulada	
Geração						31/12/2011
Reservatório, barragem e adutora	2%	738	-	-	(36)	702
Edificações e benfeitorias	4%	54.702	7.014	(62)	(5.756)	55.898
Equipamento geral	3%	8.965	87	(18)	(805)	8.229
Transmissão						
Condutor do sistema	2,5%	19.851	10.268	(951)	(1.800)	27.368
Equipamento geral	3%	1.768	-	-	(158)	1.610
Administração Central						
Móveis e utensílios	10%	188	10	(1)	(64)	133
Máquinas e equipamentos	10%	210	514	(48)	(74)	602
Veículos	20%	250	-	-	(86)	164
Equipamentos de informática	10%	128	39	(6)	(65)	96
Edificações e benfeitorias	4%	-	31	(8)	-	23
Total do imobilizado em serviço		86.800	17.963	(1.094)	(8.844)	94.825
Em curso						
Geração						
Obras em andamento		1.373	-	(899)	-	474
Adiantamento a fornecedores		6.699	-	(6.000)	-	699
Total do imobilizado em curso		8.072	-	(6.899)	-	1.173
Total do imobilizado		94.872	17.963	(7.993)	(8.844)	95.998

O Artigo 8º da Resolução nº 343, 25 de junho de 2002, da Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL) determina que ao final do prazo da autorização de exploração em vigor, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa	61	61
Bancos	10	-
Aplicações financeiras	86	1.439
	157	1.500

4.1. Aplicações financeiras

	2011	2010
Título de capitalização	25	25
Aplicação em CDB	-	403
Aplicação em renda fixa	2	1.011
Aplicação em CDI	59	-
	86	1.439

As aplicações financeiras vigentes estão de acordo com as práticas e taxas praticadas no mercado, sendo a sua modalidade "CDB/RDBI/CDI". Com taxa média de rendimento correspondente a 0,5%. Essas aplicações possuem liquidez imediata com mudança insignificante ao valor registrado.

5. Impostos a recuperar

	2011	2010
ICMS sobre ativo permanente	3.021	3.004
COFINS	2.574	4.317
PIS	559	937
Outros	99	140
	6.253	8.398
(-) Parcela não circulante	(3.530)	(3.126)
	2.723	5.272

Os créditos de PIS/COFINS são condizentes com o artigo 6º da Lei nº 11.488/2007, que trata dos impostos recuperáveis sobre edificações e o artigo 3º, parágrafo 14 da Lei nº 10.833/03, com redação dada pelo artigo 21 da Lei nº 10.865/04 que trata dos impostos recuperáveis na aquisição de máquinas e equipamentos integrantes do imobilizado.

6. Adiantamentos concedidos

	2011	2010
Adiantamentos a fornecedores	2.855	1.491
Adiantamentos a funcionários	19	17
Outros adiantamentos	79	4
	2.953	1.512

Os empréstimos de mútuo contratados financiam as obras, as instalações e a compra de equipamentos vinculados à geração e transmissão de energia elétrica. As cláusulas contratuais preveem que as partes convencionaram vigência dos contratos por prazo indeterminado e dispensa da cobrança de juros remuneratórios, com pagamentos de acordo com a disponibilidade do caixa. **Remuneração do pessoal-chave da administração** - Durante o ano de 2011 foram pagos R\$ 18 mil relativos à remuneração dos Administradores.

exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Para tanto, se afirma que imobilizado está livre de ônus e/ou garantias.

9. Diferido

Gastos pré-operacionais	Taxa de amortização	Custo	Amortização	
			Acumulada	2010
20%	2.413	(965)	-	1.448
	2.413	(965)	-	1.448

Gastos pré-operacionais	Taxa de amortização	Custo	Amortização	
			Acumulada	2011
20%	2.413	(1.448)	-	965
	2.413	(1.448)	-	965

O ativo diferido refere-se a gastos pré-operacionais de implantação da PCH (Pequena Central Hidrelétrica), cujo prazo previsto para amortização é cinco anos.

10. Fornecedores

	2011	2010
Encargos de uso da rede	215	1.913
Fornecedores de energia elétrica	-	51
Materiais e serviços de terceiros	9.146	9.570
	9.361	11.534

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas	Garantias	2011	2010	Vencimento	Após 2017	Total
19% a.a. são de direitos							
Capital de Giro + CDI		51.163	54.818				
Conta garantida a.m.		-	198				
Arrendamento mercantil 28,94% a.a.		Alienação de bens	622	200			
		51.785	55.216				
		2011	2010				
Circulante		26.400	35.057				
Não circulante		25.380	20.159				
		51.785	55.216				

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

Valores	2013	2014	2015	2016	2017	2017	Total
23.131	2.138	111	-	-	-	-	25.380

Os financiamentos de capital de giro foram captados junto a instituições financeiras nacionais para suporte das atividades operacionais da Companhia, cuja amortização dos juros e principal são mensais. **Garantias** - As garantias são cessão fiduciária de aplicações financeiras de terceiros garantidores e de direitos creditórios decorrentes de venda mercantil e de prestação de serviços.

12. Obrigações tributárias

	2011	2010
ICMS ST	3.031	2.717
CSLL a recolher	1.760	795
IRPJ a recolher	662	762
Contribuições sociais	1	1
Parcelamentos	1.712	855
Outros	1.163	528
	8.329	5.658
	2011	2010
Circulante	5.583	4.129
Não circulante	2.746	1.529
	8.329	5.658

13. Patrimônio líquido

a) Capital social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 20.060 mil, dividido em 20.060.000 (vinte milhões e sessenta mil) ações, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídos entre os acionistas:

Acionistas	Tipo A	Tipo B	%
Mara Daisy Gil Dias	59.400	20.000.000	99,997%
Ana Paula Gil Dias	600	-	0,003%
	60.000	20.000.000	100%

As ações tipo B tem prioridade na distribuição de dividendos até o montante de capital atribuído ao respectivo tipo de ação. **b) Reservas legal** - Nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício da Companhia é destinado à constituição da "Reserva legal", a fim de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reserva de retenção de lucros - Nos termos dos artigos 197 e 202 da Lei nº 10.303/01, a administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício no montante de R\$ 11.420 à constituição de reserva de retenção de lucros, arguido nos seus orçamentos de capital. **d) Reservas de incentivos fiscais** - Em 23 de dezembro de 2010, a Superintendência do desenvolvimento da Amazônia, - SUDAM considerando o disposto na lei complementar n.º 124/2007 expediu o Laudo Constitutivo n.º 109/2010 atribuindo à Companhia o direito à redução do imposto de renda e adicionais não-resistíveis, ao percentual de 75%, calculados sobre o lucro da exploração, tendo a Companhia cumprido as exigências legais constantes no processo n.º 59004/000499/2010-48, o referido benefício tem seu início a partir do ano-calendário de 2010 até o ano-calendário de 2019. Sendo assim, o saldo de R\$ 3.373 da conta de reserva de incentivos fiscais, é o valor resultante da redução do IRPJ do ano-calendário de 2010 e 2011, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital, conforme artigo 19 § 3º do Decreto - lei n.º 1.598/1977.

14. Receita Operacional líquida

	2011	2010
Receita com fornecimento	57.199	57.333
Outras receitas	2.063	1.457
(-) PIS	(919)	(880)
(-) COFINS	(4.233)	(4.052)
(-) ICMS substituto tributário	(1.540)	(4.019)
	52.570	49.839

15. Custos dos serviços vendidos

	2011	2010
Aquisição de energia elétrica para revenda	(8.775)	(12.213)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(786)	(1.193)
Custo de operação	(8.483)	(12.763)
Depreciação e amortização	(3.370)	(2.729)
	(21.414)	(28.898)

16. Despesas gerais e administrativas

	2011	2010
Combustíveis e lubrificantes	(454)	(1.005)
Aluguéis de máquinas e veículos	(95)	(65)
Serviços prestados por terceiros PJ e PF	(1.297)	(2.617)
Reparos, obras e instalações	(67)	(570)
Materiais para manutenção e consumo	(286)	(663)
Viagens e estadias	(692)	(391)
Fretes e carretos	(9)	(49)
Despesas com pessoal	(490)	(469)
Outros	(825)	(252)
	(4.215)	(6.081)

17. Despesas tributárias

	2011	2010
FGTS/INSS	(182)	(158)
ICMS	(21)	(171)
IOF	(305)	(486)
IPVA	(7)	-
Multas e juros	(621)	(356)
Outras despesas tributárias	(89)	(17)
	(1.225)	(1.188)

18. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras	-	-
Receitas de aplicações	62	92
Outras receitas	59	7
	121	99

Despesas financeiras

	2011	2010
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(12.025)	(3.825)
Juros de mora	(390)	(30)
Outras despesas	(